

-----ATA NÚMERO 36/2016-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL,
REALIZADA EM TREZE DE OUTUBRO DO ANO DOIS MIL E
DEZASSEIS.**-----

-----Aos treze dias do mês de outubro do ano dois mil e dezasseis, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões, reuniu a Câmara Municipal, pelas dez horas, sob a Presidência do Senhor Presidente, Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, estando presentes a Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo Luis, e os Senhores Vereadores: Domingos Manuel Martins Rodrigues, João José Sales Fernandes Correia, José Manuel de Sousa Rodrigues, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Vanda Maria de Fátima Sousa de França Correia de Jesus e João José Nascimento Rodrigues. A secretariar esteve presente Filomena Fátima Marcos Pita de Fernandes, Diretora do Departamento Jurídico e de Fiscalização.---

---Presentes ainda, os Senhores Rui Anacleto Mendes Alves e Ênio Vieira Martins, que substituem, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 78º e 79º da Lei número 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei número 5-A/2002, de 11 de janeiro os Senhores Vereadores Bruno Miguel Camacho Pereira e Artur Alberto Fernandes Andrade, do PSD e CDU, respetivamente, bem como a Senhora Alicia Maria Faria Abreu, da Coligação Mudança, que preenche, ao abrigo da mesma disposição legal, a vaga ocorrida nesta reunião pela ausência do Senhor Vereador Miguel Sérgio

Camacho Silva Gouveia.-----

---Estiveram também presentes o Chefe de Gabinete, Miguel Iglésias, a Adjunta da Presidência, Andreia Caetano e os Adjuntos da Vereação João Beja e Mabely Moreira.-----

-----Verificado o quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: - Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Senhores Vereadores, foi aprovada por unanimidade.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

INTERVENÇÃO DA VEREAÇÃO: - Iniciando este período, o Senhor Presidente informou que a última reunião deste mês, dia vinte e sete, terá lugar na Junta de Freguesia de São Roque, tendo início às dez horas e trinta minutos e que o período de intervenção do público terá lugar às dezassete horas e trinta minutos na sala da Assembleia Municipal.-----

-----Prosseguindo, deu conhecimento da visita, esta semana, do Mayor de Fremantle à nossa cidade, por ocasião das comemorações dos vinte anos de gemação entre estas duas cidades, acompanhado pelo Cônsul de Portugal em Perth e do Embaixador da Austrália em Portugal. Disse querer realçar as boas relações e a boa colaboração estabelecidas, fomentadas, substancialmente, pela comunidade madeirense radicada em Perth, a partilha de “Know how” e os projetos que estão a ser

delineados em comum nomeadamente, aos níveis cultural, económico-social e da boa administração.-----

-----Continuando no uso da palavra e respondendo ao pedido de informação, requerido pelo Senhor Vereador do CDS/PP, José Manuel Rodrigues, relativo aos custos que a Câmara suportará com o Gabinete da Cidade, informou que o montante previsto é de quarenta e oito mil euros (€ 48 000,00), para um trabalho que deverá ser executado em quatro meses. Mais referiu que, em conformidade com o deliberado na reunião ordinária, datada de um/setembro/dois mil e dezasseis, este gabinete tem como missão, numa primeira fase, a inventariação e diagnóstico das zonas afetadas pelos incêndios e dos núcleos históricos e populacionais da cidade, que necessitem de reabilitação e, numa segunda fase, a elaboração dum “Master Plan”, definindo as estratégias de orientação para uma recuperação das zonas atingidas pelos incêndios e dos princípios orientadores do processo de reconstrução da cidade, numa perspetiva de envolvência dos locais sinistrados com o meio envolvente, estudando-os conjuntamente, de forma a se obter uma integração harmoniosa. Informou que este Gabinete está a laborar numa das salas do Teatro Municipal Baltazar Dias.-----

----- - Intervindo, o Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, perguntou se o montante referido abrangia outras despesas correntes como por exemplo consumíveis, ao que o Senhor Presidente respondeu que não.-----

-----Prosseguindo, o Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, pediu que lhe informassem do nome de todos os gabinetes que compõem o Gabinete da Cidade, do valor que cada um receberá e a especificação do trabalho que será desenvolvido.-----

----- - Por sua vez, o Senhor Vereador João Correia, do PSD, questionou se estas diversas contratações não configurariam uma repartição de encargos, situação que não é permitida pelo Tribunal de Contas, ao que o Senhor Presidente respondeu negativamente.--

----- - De seguida interveio o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, referindo que recebera a informação de que a Câmara abria um concurso para a elaboração de projetos para dez das casas afetadas pelos incêndios. Questionou se esta assunção de responsabilidades por parte da Autarquia não bulia com o compromisso assumido pelo Governo Regional, conjuntamente com a Administração Central, de que a reconstrução das casas seria encargo do Governo da RAM.-----

----- - Intervindo, o Senhor Presidente respondeu que não, pois os trabalhos estão perfeitamente articulados. A Autarquia, tendo na sua área de competências a gestão urbanística da cidade, assumiu, desde a primeira hora, a responsabilidade pela execução dos projetos de arquitetura e de especialidades. Nesta primeira fase serão elaborados dez projetos e outros seguir-se-ão. Terminando, esclareceu que a Câmara teve de recorrer a uma prestação de serviços, atendendo à insuficiência de técnicos internos para executar este trabalho e, também, pela necessidade de não pôr em

causa a gestão corrente dos serviços.-----

----- - Tomando a palavra, o Senhor Vereador Rui Anacleto, do PSD, expôs a sua preocupação relativamente ao encerramento do Caminho dos Tornos, que se mantém há cerca de quatro semanas, não obstante não decorrer na zona qualquer intervenção.-----

----- - A Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Mudança, informou que aquela estrada não será aberta ao trânsito sem que as moradias que se encontram em situação de risco sejam totalmente desocupadas. Importa garantir a segurança de pessoas e bens pelo que, qualquer intervenção na zona fica condicionada à verificação deste facto. Mais referiu, que a Câmara já executara o levantamento social das famílias que carecem de realojamento, tendo dado conhecimento dessa informação à Senhora Secretária Regional da Inclusão e Assuntos Sociais.-----

----- - Usando da palavra, o Senhor Vereador João Correia, do PSD, apelou para que a Câmara tivesse em atenção a necessidade de limpeza de algumas áreas públicas da cidade mormente, de alguns passeios e da Praça do Povo. Considera que o estado de sujidade em que se encontram estes locais belisca a imagem da cidade.-----

----- - Intervindo, a Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, disse que a Câmara tem despendido esforços para manter a cidade limpa. De forma alguma tem descurado esta sua competência. No entanto, também tem noção que alguma da sujidade entranhada, de que é exemplo as manchas de óleo, é de difícil tratamento e que

o produto de limpeza que vem sendo utilizado, mais ecológico e amigo do ambiente, não tem produzido a eficácia desejada. Referiu que neste momento está a ser ponderada a utilização de outro produto de limpeza, dentro da linha dos produtos ecológicos, que seja mais eficaz.-----

----- - De seguida interveio a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, expondo à Câmara duas situações que se prendem com excesso de velocidade, apelando para a sua resolução, o mais breve possível. A primeira situação respeita à preocupação e insegurança sentida pelos moradores da zona junto ao cruzamento da Rua da África do Sul com a Rua da Austrália e com a Rua do Brasil. Solicitam a instalação dum sinal com o limite de velocidade permitido, bem como a colocação de um STOP, nas três ruas identificadas, junto à entrada para o cruzamento. A segunda situação diz respeito à pretensão dos moradores da Rua de São João Bosco, perpendicular à Rua da Rochinha, que também solicitam a colocação dum placa com o limite de velocidade permitido, bem como dum sinal de perda de prioridade.-----

-----Terminando, pediu a intervenção da Câmara no sentido de identificar qual o titular ou titulares do prédio, localizado na Rua dos Ilhéus, números seis a quinze de polícia, e a tomada das medidas adequadas para pôr cobro à situação deplorável que se verifica neste local, decorrente da sua ocupação por marginais e onde, recorrentemente, há ocorrência de pancadarias associadas à circulação de estupefacientes.-----

----- - O Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, comunicou, a propósito do excesso de velocidade no cruzamento formado pelas Ruas da África do Sul, da Austrália e do Brasil que a Câmara vem desenvolvendo um projeto de Acessibilidade Inclusiva e de Segurança Rodoviária, praticamente em fase de conclusão, para toda a zona da Nazaré.-----

----- - Usando da palavra, o Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, interpelou o Senhor Presidente, pedindo que lhe informasse qual o ponto da situação, relativo ao procedimento para a elaboração do Regulamento de Ocupação do Espaço Público.-----

----- - O Senhor Presidente respondeu que daria informação precisa em futura reunião.-----

----- - Intervindo, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, pediu a intervenção da Câmara para colmatar as seguintes situações:-----

--- - Degradação e abandono da Promenade, entre a Ponta da Cruz e o Lido, relevando os seguintes aspetos: - Escarpas cheias de lixo e sem qualquer vegetação; os canteiros sem quaisquer plantas; o mural degradado; sujidade do pavimento; restos das palmeiras que foram cortadas; os candeeiros completamente degradados; um acesso ao mar que oferece sérios riscos, mas sem qualquer sinalização que aluda a essa perigosidade, e duas bicas de água que correm diretamente para o passeio, junto ao Complexo Balnear da Ponta Gorda;-----

--- - Estado de abandono do canteiro localizado na descida para o

Gavinas;-----
--- - Solicitou que fosse efetuada uma notificação à Empresa Frente MarFunchal E.E.M. para proceder à lavagem do quiosque de venda de bilhetes, localizado na Ponta Gorda, bem como para o tratamento dos jardins circundantes.-----
----- - Intervindo, o Senhor Presidente comunicou que todas as situações acima descritas localizam-se em espaços sob a gestão da Frente MarFunchal E.E.M., pelo que seria dado conhecimento das mesmas àquela empresa municipal, a fim de tomar as medidas adequadas à resolução destas situações.-----
-----Retomando a palavra, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, apelou para a resolução das seguintes situações:-----
--- - Passeio danificado junto ao Hotel Baía Azul, onde há buracos no pavimento e que põem em risco a segurança das pessoas que ali circulam;-----
--- - Passeio degradado no lado norte do Largo da Paz;-----
--- - Estado de deterioração do Miradouro António Nobre designadamente, a sujidade dos lampiões;-----
--- - Estado de deterioração do Fontenário, localizado no cruzamento das Ruas do Favila com a Carvalho Araújo, nomeadamente a necessidade de reparação dos azulejos e limpeza da cantaria.-----
-----Concluindo, pediu a colocação dum sinal de perda de prioridade no Caminho do Palheiro, atendendo à perigosidade que

se atesta no cruzamento desta Rua com a Rua Conde Carvalhal e que originou três acidentes rodoviários, num curto espaço temporal.-----

----- - De seguida interveio o Senhor Vereador Ênio Martins, da CDU, interpelando para que lhe fosse dado conhecimento do ponto da situação relativamente à conta solidária, criada na sequência dos incêndios de Agosto último, nomeadamente qual o valor que constava da mesma, se tinham sido recebidos mais donativos, para além da informação quanto à definição de critérios para a utilização da mesma.-----

----- - Respondendo, a Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Mudança, disse que, honrando o compromisso assumido pelo Executivo, em anterior reunião, a conta só será movimentada após a definição dos critérios para a sua utilização, e que os mesmos serão estabelecidos por deliberação.-----

---O Senhor Vereador Ênio Martins referiu que o que pretendia saber era, precisamente, quando é que seriam definidos os critérios para a utilização das verbas da conta solidária.-----

-----Prosseguindo, o Senhor Vereador Ênio Martins, da CDU, perguntou se já fora feita a reavaliação da situação de perigosidade na Travessa do Poços, na freguesia do Monte, lembrando também outras localidades onde era necessário intervir, referindo-se concretamente ao Curral dos Romeiros, também na freguesia do Monte, onde os trabalhos efetuados tinham sido circunscritos à remoção de uma árvore tombada.-----

-----Terminando, solicitou que lhe informassem se já existe alguma decisão ou resposta da Câmara Municipal relativamente ao abaixo-assinado, que deu entrada na Autarquia, subscrito pelos moradores vizinhos do empreendimento “Madeira Magic”, contestando o objetivo pretendido pela Câmara para aquele local.--

----- - O Senhor Presidente respondeu que os assuntos em referência estavam a ser analisados em todas as suas vertentes.----

----- - Sobre este assunto, a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, questionou para quando estava prevista a conclusão da análise do contrato de concessão tal como o Senhor Presidente referiu, bem como para quando o agendamento para a reunião de Câmara, tendo em conta que tinha sido informada da possibilidade de haver uma sessão da Assembleia Municipal para finais de outubro, ao que o Senhor Presidente respondeu que não sabia para quando a conclusão da análise do contrato respetivo e que, em relação à sessão da Assembleia Municipal, a mesma não se realizaria no mês de outubro.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

---Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista:-----

1 - FINANCIAMENTO DE CURTO PRAZO PARA O ANO 2017 -

Abertura de Procedimento: - Tendo por objetivo fazer face a dificuldades de tesouraria, a Câmara deliberou, por unanimidade, de acordo com a proposta subscrita pelo Senhor Vereador do Pelouro, Miguel Gouveia, autorizar a abertura do procedimento

para o financiamento de curto prazo para o ano de dois mil e dezassete, no montante de três milhões de euros (3M€), bem como nomear o júri constituído pelos seguintes técnicos: *Efetivos* – Dinarte Lino Abreu Teixeira; Maribell Rodriguez Freitas; Leonel Fernandes de Mendonça; *Suplentes* – António Pereira Neto e Magda da Conceição Olim Perestrelo.-----

2 – REVISÃO ORÇAMENTAL:-----

----- - **5ª Revisão ao Orçamento de 2016:** - Subscrita pelo Senhor Vereador do Pelouro, Miguel Gouveia, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a seguinte deliberação, a submeter à Assembleia Municipal:-----

---“Na sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada a 28 de dezembro de 2015 foi aprovado, por unanimidade, um empréstimo de curto prazo no valor de 3M€ para fazer face a dificuldades de tesouraria para o ano de 2016. Considerando que no exercício de 2016 não se revelou necessário o recurso àquele financiamento, importa efetuar as respetivas modificações orçamentais. Assim, ao abrigo da alínea a) do nº 1 do artº 25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, propomos submeter à Assembleia Municipal, para aprovação, a 5ª Revisão ao Orçamento de 2016, nos termos do documento anexo”.-----

3 – OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA – Isenção de Taxas:-----

----- - **AFARAM – Associação de Familiares e Amigos do Doente Mental da R.A.M.:** - Perante o pedido da AFARAM – Associação de Familiares e Amigos do Doente Mental da R.A.M.

(proc.º 40459/16), solicitando a cedência do Jardim do Almirante Reis, com isenção de taxas municipais, tendo em vista a realização da Feira “Funchal Criarte”, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar, com base na informação da Divisão Jurídica (refª 756/DJF/DJ/2016).-----

4 – PROPOSTAS DA VEREAÇÃO:-----

----- - **Proposta de deliberação do CDS/PP, sobre a criação de uma Plataforma Informática denominada “Cidadania Ativa”:**

- Submetida pelo Senhor Vereador do CDS/PP, José Manuel Rodrigues, foi presente a seguinte proposta de deliberação, que se transcreve:-----

---“Uma Cidadania Ativa contribui para uma melhor qualidade da Democracia e ajuda a uma melhor governação da Polis. Nos últimos anos, os Municípios têm vindo a criar condições para facilitar a participação dos Cidadãos na vida dos seus concelhos. Um dos exemplos é o Orçamento Participativo já em prática no Funchal e com boa adesão dos munícipes. Importa prosseguir esse caminho e envolver cada um dos Cidadãos da comunidade na resolução dos problemas da Cidade. Nesse sentido, há experiências bem-sucedidas noutras regiões do País em que o cidadão está na primeira linha da denúncia e de alerta para problemas existentes na sua rua, no seu sítio, na sua freguesia. A evolução tecnológica e as novas ferramentas de comunicação vieram facilitar esta ligação do cidadão aos decisores autárquicos, contribuindo para uma mais rápida resolução dos problemas e, conseqüentemente, para uma

melhor qualidade de vida. Assim, propõe-se que o Município do Funchal crie uma plataforma informática que permita o acesso dos Cidadãos, por diferentes meios de comunicação, no sentido de denunciar e alertar para problemas e ocorrências na Cidade. Este sistema deve possibilitar que o Cidadão possa reportar por escrito, som, vídeo, foto, situações relacionadas com toda a atuação municipal, mas pode ser relevante para alertar os serviços para problemas de águas pluviais, ecopontos, recolha de lixo, saneamento básico, sinalética, inundações, incêndios, acidentes rodoviários, entre outros. Com a informação, os serviços municipais podem atuar de forma mais rápida e eficiente. O sistema deve permitir, também, que o Cidadão que reportou a ocorrência receba informação do Município sobre os procedimentos que estão a ser efetuados para resolver a situação. Esta plataforma, sem grandes custos, pode constituir-se como um instrumento de apoio à gestão municipal, evitar deslocações aos serviços e tornar mais rápido o encaminhamento e resolução de situações ocorridas no concelho. Assim, a Câmara Municipal do Funchal decide criar a plataforma informática “Cidadania Ativa” que permita aos munícipes, de forma fácil e gratuita, a denúncia e alerta para problemas e ocorrências na Cidade”.-----

--- - Colocada à votação, foi aprovada por unanimidade.-----

---Relativamente ao teor desta proposta, o Senhor Presidente informou que a Câmara já dispunha duma Plataforma nos moldes propostos, totalmente concebida pelos técnicos municipais,

denominada “Funchal Alerta”. Esta plataforma permite que os cidadãos, a qualquer momento, possam participar uma ocorrência alertando para as mais variadas situações que necessitam da intervenção dos serviços da Câmara. As áreas abrangidas vão desde os derrames de água, anomalias nos pavimentos, passando por sinalização de trânsito danificada, limpeza urbana ou até jardins públicos. Para submeter a ocorrência basta assinalar no mapa o respetivo local e preencher os dados adicionais podendo, até, ser incluída uma fotografia. Todos os detalhes adicionais fornecidos permitem encaminhar as ocorrências de forma mais rápida e eficaz para os serviços. A tramitação processual pode ser acompanhada pelo cidadão exponents, bem como obter através da plataforma conhecimento da resolução da ocorrência.-----

---De seguida, o Senhor Presidente solicitou a presença do Chefe da Divisão de Sistemas e Informação, César Rosa, o qual fez uma apresentação do modo de funcionamento desta plataforma, dando conhecimento de todas as suas valências.-----

---O Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, interveio dizendo que já há alguns meses que o CDS/PP vinha trabalhando nesta proposta, tomando como referência a experiência bem-sucedida desta plataforma quer noutras cidades do País, da Europa e demais países do Mundo. Referiu desconhecer, por completo, que a Câmara estava a trabalhar nesta plataforma, a qual considera ser um instrumento muito importante para uma cidadania mais ativa e também, porque esta interação

entre o município e os cidadãos contribui para a resolução, com maior brevidade, dos problemas que vão surgindo na cidade.-----

---Concluindo referiu que a proposta que apresenta é mais abrangente do que a plataforma que a Câmara tem em ação, pois a mesma prevê a possibilidade de utilização de imagens vídeo e a utilização do serviço de mensagens.-----

ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às doze horas e trinta minutos.-----

De tudo para constar se lavrou a presente ata que eu,
Diretora do Departamento Jurídico e de Fiscalização, na qualidade de Secretária, a redigi e subscrevo.-----

Nota: Ata publicitada pelo Edital nº 332/2016, publicada nos locais de estilo.